

ACT: FUP cobra antecipação de reajuste em setembro



No dia 21 de agosto, a FUP enviou à Petrobrás e às suas subsidiárias (Ansa, PBio, TermoBahia e Transpetro), uma solicitação de prorrogação do atual Acordo Coletivo de Trabalho até o final da campanha de negociação do novo ACT. A FUP argumenta que o atendimento à solicitação da ultratividade do ACT 2023/2025 até o final das negociações é uma sinalização de boa-fé negocial, considerando o histórico da categoria.

A FUP também reforçou a solicitação, feita em maio deste ano, de que seja aplicado a correção da inflação medida pelo IPCA no salário em setembro/25, sem prejuízo da negociação de aumento real. Além da reposição

da inflação acumulada nos últimos 12 meses (entre setembro de 2024 e agosto de 2025), foi reivindicada a manutenção de todos os direitos no próximo ACT.

Em resposta ao ofício da FUP, a gestão da empresa agendou uma reunião com representantes da FUP e seus sindicatos para o dia 28 de agosto (após o fechamento desta edição), para a discussão do Acordo Coletivo de Trabalho.

Desde a aprovação na 12ª Plenária da Federação Única dos Petroleiros (PlenaFUP), realizada de 4 a 7 de agosto, em Pernambuco, a pauta de reivindicação para o ACT 2025 das petroleiras e petroleiros do Sistema Petrobrás está em fase de sistemati-

zação e redação final pelas assessorias técnicas. Em breve, o documento será encaminhado à empresa, dando início às negociações e mobilizações da campanha reivindicatória da categoria.

Para traçar estratégias para a campanha do ACT deste ano, a FUP reuniu representantes de seus sindicatos numa oficina de planejamento, realizada entre os dias 19 e 21 de agosto, em Xerém, no Rio de Janeiro. O coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, participou do evento, juntamente com outros dirigentes do Sindicato. “Para garantir as conquistas no ACT, é importante que a categoria petroleira fique atenta e se prepare para as mobiliza-

ções que serão convocadas pelas entidades sindicais”, enfatiza.

A Oficina de Planejamento de Campanha dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Petrobrás teve como objetivo construir um plano de ação para avanços e conquistas das principais reivindicações que foram deliberadas na 12ª Plenária. A Direção Executiva da FUP vai se reunir para encaminhar as principais ações que foram construídas coletivamente com os sindicatos na Oficina de Planejamento da Campanha e definir a Comissão Nacional de Negociação e o calendário de reuniões que será proposto à Petrobrás e às suas subsidiárias.

Sindipetro/MG apoia luta dos contratados



Os técnicos de segurança, contratados da Previne, prestadora de serviços na Refinaria Gabriel Passos, (Regap), em Betim, decidiram paralisar suas atividades a partir das 7 horas do dia 29 de agosto. Os trabalhadores denunciam problemas como baixos salários, escala de turno ininterrupto de trabalho e defasagem de valores dos benefícios desde 2021. A decisão foi tomada no dia 19 de agosto, em assembleia geral, conduzida pelo SINTEST/MG, sindicato da categoria.

Segundo o SINTEST/MG, a situação dos trabalhadores lotados na Regap está insustentável, devido ao aumento da carga de trabalho, baixos salários, as exigências de melhor capacitação para atendimentos de prevenção e combate a incêndios, resgate e salvamentos, primeiros socorros, condução de veículos de emer-

gências e escala 12 X 36.

Eles solicitaram mediação do Ministério do Trabalho e Emprego de Minas Gerais para solucionar o impasse. Também encaminharam denúncia ao Ministério Público do Trabalho, pedindo apuração de possíveis irregularidades trabalhistas de movimentação de empregados para outros contratos dentro e fora do Estado feitos pela empresa, além de não pagamento de verbas rescisórias.

O Sindipetro/MG já entrou em contato com a gestão da Petrobrás, solicitando atenção para que os técnicos de segurança do trabalho da Previne não fiquem prejudicados, sem seus direitos trabalhistas respeitados. “Apoiamos a greve dos técnicos de segurança por melhores condições de salário e trabalho”, afirma Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.

Combate ao assédio é desafio para petroleiras

Em resposta às lutas sindicais por medidas efetivas no combate às discriminações e a todas as formas de assédio e violência contra as mulheres no Sistema Petrobrás, as trabalhadoras petroleiras podem comemorar avanços. Estão em funcionamento canais de denúncia e acolhimento de vítimas de violência, comitês de diversidade e foi realizado o Fórum de Combate à Violência Sexual na Petrobrás.

As reivindicações passam por garantias de direitos nos acordos coletivos, extensivos às trabalhadoras contratadas, que costumam ser as mais impactadas. Uma política mais efetiva de prevenção e combate aos assédios, que envolva as CIPAs e tenha participação das representações dos trabalhadores na investigação. Também maior participação dos homens em cursos para desconstrução do machismo e das masculinidades tóxicas, além do reconhecimento do adoecimento e sofrimento no trabalho causados por assédios e violências.

A Petrobrás disponibiliz-

za um Canal de Denúncia externo, independente, disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, que pode ser acessado por telefone 0800 601 6925 ou www.contatoseguro.com.br/petrobras. Já o Canal de Acolhimento da Petrobras 0800-2872270, para toda a força de trabalho, pode ser acionado 24h por dia para uma escuta sigilosa e orientações para uma eventual denúncia. Está disponível, ainda, o plantão de suporte psicológico (0800-2872267 Opção 2). O atendimento dos canais é para trabalhadores próprios e contratados.

Na Regap, considerando casos de gestão abusiva, assédio moral, discriminação de gênero, ameaças, ofensas e violência no trabalho houve 26 denúncias em 2024. Até julho de 2025, foram registradas 3 denúncias.

“Os casos de assédio e de violência sexual são fruto de uma cultura organizacional machista, que muitas vezes protege os assediadores”, opina a diretora do Sindipetro/MG, Carmen Rodrigues.